

Dos erros da esquerda aos golpes da direita: a década mais que perdida do Brasil

Luciano Alencar Barros¹

Resumo: o presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro econômico de empobrecimento absoluto e concentração de renda que se refletiram na deterioração de diversos indicadores sociais, inclusive com o iminente retorno do país ao mapa da fome.

Introdução

A partir do início do século a economia brasileira aumentou sua taxa de crescimento, mas reduziu-a fortemente entre 2008 e 2009 por conta da crise financeira global. Em função de uma série de medidas anticíclicas, o crescimento se recuperou rapidamente, chegando, em 2010, a impressionantes 7,5%. A partir daí, contudo, o PIB brasileiro passou a crescer com taxas decrescentes: tinha início a década mais que perdida.

Depois deste rápido crescimento pós-crise o governo Dilma desacelerou a economia, em um primeiro momento por conta de políticas macroeconômicas equivocadas que visavam aumentar o peso do setor privado na produção, e em seguida por uma agenda contracionista imposta pelas classes dominantes (BARROS, 2021). O PIB, que crescera a uma média de 4,5% entre 2006 e 2010, passaria a crescer a uma média de 2,3% durante o primeiro mandato da presidente. Dentro da lógica da “espiral contracionista” - na qual uma política econômica contracionista desacelera o crescimento e deteriora as contas públicas, dando argumentos aos que defendem a austeridade, em um processo que se retroalimenta -, a economia entrou em recessão em 2015 e 2016.

Com a consumação do primeiro golpe da direita, o processo de impeachment, cristalizou-se uma linha de política econômica pautada no controle de gastos (simbolizada na emenda constitucional 95/2016) que gerou estagnação na taxa de crescimento (em aproximadamente 1,5% ao ano) entre 2017 e 2018. Um segundo golpe, dessa vez para impedir que o ex-presidente Lula participasse das eleições deste ano, facilitou a continuidade de tal

¹ Doutorando pelo Instituto de Economia da UFRJ.

linha, mantendo aproximadamente a mesma taxa de crescimento, em 2019, observada no biênio anterior. Neste contexto de estagnação a crise decorrente da pandemia afundou de vez a economia, que caiu 4,1% em 2020. A década mais que perdida terminaria deixando um legado de empobrecimento, concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais, além das centenas de milhares de mortes por conta da crise sanitária.

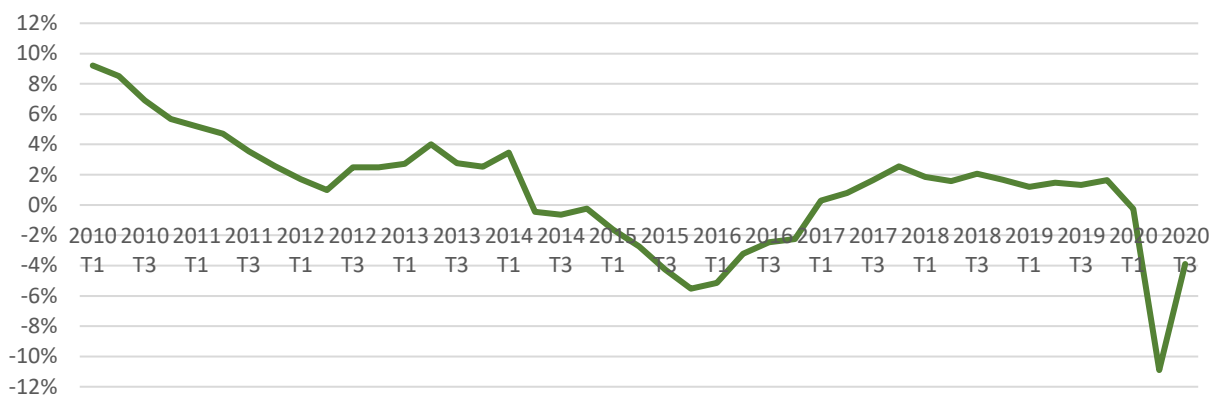
O presente artigo busca analisar, a partir de uma abordagem de economia política, o desempenho macroeconômico brasileiro na segunda década do século XXI. O objetivo é contribuir para a compreensão dos determinantes políticos do atual quadro do país, de empobrecimento absoluto e concentração de renda, que se refletem na piora de diversos indicadores sociais, inclusive com o iminente retorno ao mapa da fome. Para tal o presente artigo se divide em mais quatro seções, além desta introdução. A seção 2 analisa a desaceleração do primeiro mandato de Dilma; a seção 3 o decréscimo observado no segundo mandato (que seria finalizado por seu vice, Michel Temer); a 4 examina o desempenho econômico da primeira metade do governo Bolsonaro e o grave quadro brasileiro atual; e por fim a seção 5 conclui o artigo.

2 – O erro da esquerda: a desaceleração do governo Dilma I

A economia brasileira cresceu, no ano de 2010, a uma taxa de 7,5% em termos reais, o melhor resultado desde a década de 1980. Isto se deveu à aceleração do crescimento processada a partir de 2004 em função de políticas econômicas expansionistas adotadas em um contexto internacional favorável, bem como às fortes medidas anticíclicas adotadas após a crise financeira de 2008². Este rápido crescimento e o fato de a inflação ter ultrapassado o centro da meta (de, então, 4,5%), fez com que o governo pisasse no freio ainda em 2010, elevando os juros e impondo medidas restritivas ao crédito, além de iniciar um processo de ajuste fiscal com o intuito de elevar o superávit primário (SERRANO E SUMMA, 2012). Assim o PIB que crescera 9,2% em termos reais no primeiro trimestre (em comparação com o mesmo período do ano anterior), cresceria 8,5% no segundo, 6,9% no terceiro e 5,6% no quarto, em um nítido movimento de desaceleração (gráfico 1).

² Além disso a crise de 2008 também fez com que o PIB do ano seguinte, usado como base para calcular o crescimento de 2010, se contraísse, gerando um efeito estatístico.

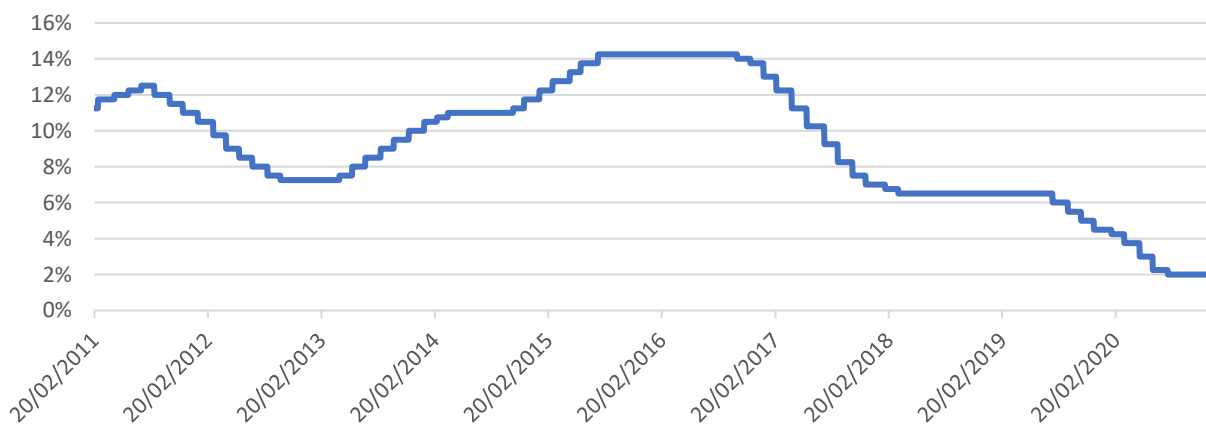
Gráfico 1: Variação trimestral (%) do PIB real (em relação ao mesmo período do ano anterior)



Fonte: Ipeadata

É neste contexto que a presidente Dilma Rousseff inicia seu governo, optando por dar continuidade ao processo de desaquecimento da economia. Em 2011 o governo elevou os juros (gráfico 2), restringiu o crédito, reduziu seus gastos totais e mais ainda (percentualmente) o investimento público, e também optou por não reajustar o salário mínimo. Além disso o cenário externo favorável observado a partir de 2003 começou a mudar, passando-se a observar desaceleração do crescimento e do comércio mundial, com deterioração dos termos de troca brasileiros. Assim a economia desacelerou fortemente ao longo de 2011, fechando o ano com uma taxa de crescimento de 3,9% em termos reais e em relação ao ano anterior (gráfico 3).

Gráfico 2: Taxa SELIC



Fonte: Banco Central

Depois desta escolha pela continuidade do desaquecimento, o governo decidiu reverter o processo, visando o aumento da taxa de crescimento, dessa vez puxado pelo setor privado. Neste sentido optou-se por reduzir os juros (gráfico 2), estimular o crédito, desvalorizar o câmbio, e conceder isenções e desonerações, ainda que se mantivesse o ajuste fiscal.

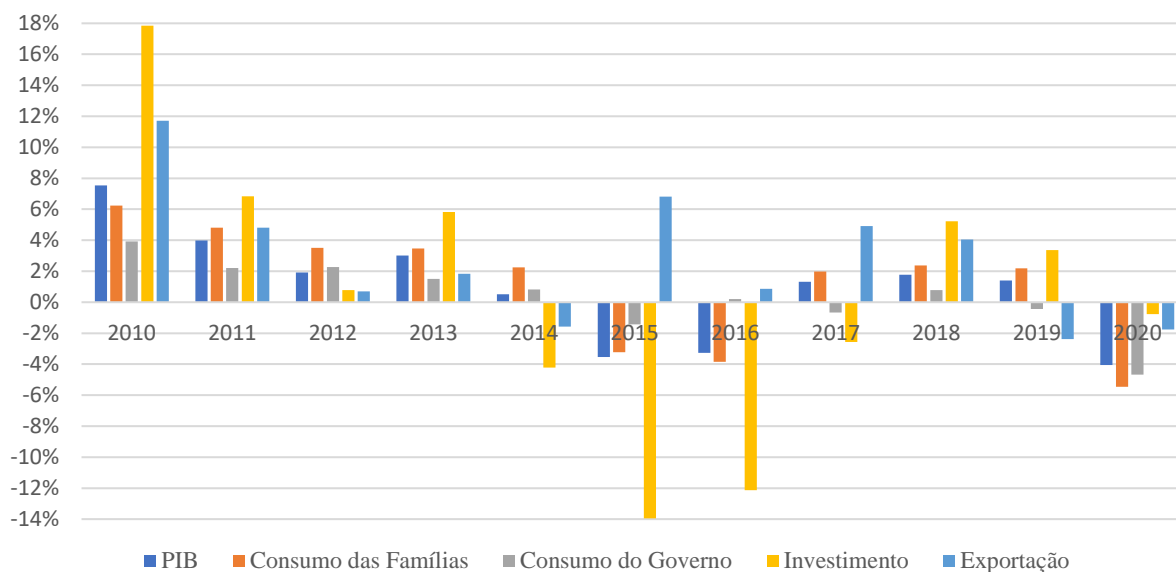
Houve um esboço de recuperação a partir de meados de 2012 (gráfico 1), ano em que a economia cresceu 1,9% em termos reais. Mas a redução do superávit primário e a elevação das

despesas primárias federais como proporção do PIB (que passam de 16,8% em 2011 para 17% no ano seguinte e 17,4% em 2013) levaram à tese da “gastança”, gerando pressão para uma maior austeridade nas contas públicas, isto é, para a intensificação do ajuste fiscal. Vale destacar, contudo, que as despesas primárias estavam desacelerando, de modo que o aumento da relação dívida/PIB se explica mais pela desaceleração ainda maior do produto (DWECK E TEIXEIRA, 2017; BASTOS E AIDAR, 2019).

Capitaneado pelo freio dos gastos públicos em um cenário externo cada vez menos favorável, todos os componentes da demanda agregada desaceleraram após 2013, ano em que a taxa de crescimento real do PIB foi de 3%. A economia entrara no “círculo vicioso da austeridade”, uma verdadeira “espiral contracionista”, na qual a redução dos investimentos (e eventualmente do consumo) públicos leva a uma redução na demanda privada, desaceleração econômica, redução da arrecadação e assim a uma piora do resultado primário, reforçando os argumentos dos defensores de uma nova rodada de redução dos gastos públicos em um processo que se retroalimenta (ROSSI et al., 2018; BARROS, 2021).

Com a desaceleração processada a partir de meados de 2013 reduz-se também a taxa de crescimento dos empregos formais que, em conjugação com a desaceleração do salário mínimo e a reversão do ciclo de crédito, geraram impactos adversos sobre o consumo privado. E em 2014 há uma redução das exportações (com a forte queda dos preços das *commodities*) e o colapso dos investimentos privados, de modo que a economia cresce apenas 0,5% em termos reais (gráfico 3). É neste cenário de estagnação que a presidente Dilma é reeleita, prometendo retomada do crescimento e expansão dos programas sociais.

Gráfico 3: Taxa de variação anual real dos componentes da demanda agregada



Fonte: IBGE

Vale destacar que a continuidade da desaceleração iniciada em 2010 foi uma escolha de governo. A tentativa de reversão deste processo a partir de 2012 foi mal sucedida, constituindo um erro de política macroeconômica na medida em que buscou dar estímulos ao setor privado por meio de aumento da lucratividade (com isenções, desonerações, redução dos juros e desvalorização cambial) enquanto a taxa de crescimento da demanda efetiva caía, de modo que não era necessário expandir a capacidade produtiva: os estímulos se traduziram em lucratividade para o setor privado, não em investimentos (SERRANO E SUMMA, 2018).

Com a continuidade da desaceleração, a deterioração das contas públicas e a manutenção de um nível de inflação acima da meta estipulada (a média do INPC entre 2011 e 2014 ficou acima de 6%) o governo foi perdendo apoio da população³, e com isso graus autonomia relativa⁴. Assim, passou a ficar suscetível à imposição de uma pauta econômica focada na austeridade que levaria à estagnação em 2014 e à recessão no biênio seguinte (BARROS, 2021). Como se buscará expor nas próximas seções é a austeridade que explica a recessão brasileira em 2015 e em 2016, bem como o desempenho medíocre ao longo do restante da década. E como se procurará defender a austeridade tem o claro viés político de contemplar os interesses da classe capitalista que neste contexto se via ameaçada depois de anos de alto crescimento e de políticas sociais inclusivas.

3 – O primeiro golpe da direita: o governo Dilma II - Temer

A virada de 2014 para 2015 marca uma grande inflexão na economia brasileira. Até aquele ano a economia vinha crescendo (ainda que a taxas decrescentes), com o nível de emprego e o poder de barganha da classe trabalhadora se elevando continuamente. A partir de 2015 a taxa de crescimento da economia se torna negativa (gráfico 1), o desemprego se eleva e a classe trabalhadora se enfraquece.

Como diversos autores apontam, a forte redução do desemprego entre 2004 e 2014 gerou incômodos na classe capitalista, não só por seus impactos diretos em termos econômicos, com aumentos constantes nos salários reais e elevação da parcela salarial da renda, como também pelas mudanças políticas e sociais acarretadas pelo fortalecimento da classe trabalhadora

³ Cabe destacar que em junho de 2013 o país observou massivas manifestações de rua que, apesar de em um primeiro momento não se direcionarem diretamente contra a presidente, posteriormente impactariam de forma significativa sua popularidade.

⁴ A autonomia relativa é entendida aqui como “(...) a capacidade de o Estado direcionar a acumulação de capital e alterar a configuração das classes sociais e suas frações.” (BARROS, 2021, p. 95)

(SINGER, 2015; SERRANO E MELIN, 2016; SERRANO E SUMMA, 2018; BARROS, 2020; 2021). Isso explica o interesse da classe proprietária em desacelerar a economia por meio de medidas contracionistas, aumentando o desemprego e revertendo tais mudanças.

Se no início do seu primeiro mandato a presidente Dilma gozava de um elevado grau de autonomia relativa para manejar uma economia aquecida (ainda que já desacelerando), em 2015 a economia estava estagnada e a inflação crescia. Além disto a presidente, que vinha perdendo popularidade desde 2013, fora reeleita com uma margem extremamente apertada, sendo ainda alvo de um constante ataque midiático a partir de denúncias de corrupção. E a esse cenário se somariam as manifestações populares contra o governo a partir de março de 2015. Desse modo a classe capitalista pôde compelir o governo a adotar uma agenda econômica de austeridade⁵ que aprofundaria a crise para dentro da “espiral contracionista”.

Como apontam diferentes autores a defesa da austeridade tem o viés político de favorecer a classe capitalista no conflito distributivo por diversas razões, mas principalmente por gerar recessão e desemprego, enfraquecendo o poder de barganha da classe trabalhadora⁶. Isso inclusive a deixa mais suscetível a aceitar políticas econômicas austeras e uma agenda de reformas impopulares, como a trabalhista e a previdenciária, que retira seus direitos e a enfraquece politicamente, mas que são vendidas como os únicos remédios, amargos, para superar a crise econômica (SERRANO E MELIN, 2016; ROSSI et. al, 2018; DWECK et. al, 2020).

Em 2015 o consumo das famílias caiu 3,2% e o do governo 1,4%, enquanto os investimentos se reduziram em quase 14%. Assim, mesmo com as exportações crescendo quase 7% em função da desvalorização cambial, o PIB reduziu-se em 3,5% (gráfico 3). Enquanto isso a inflação (INPC), em função dos ganhos reais de salários dos anos anteriores, do choque cambial e do aumento abrupto dos preços administrados, foi de 11,2%.

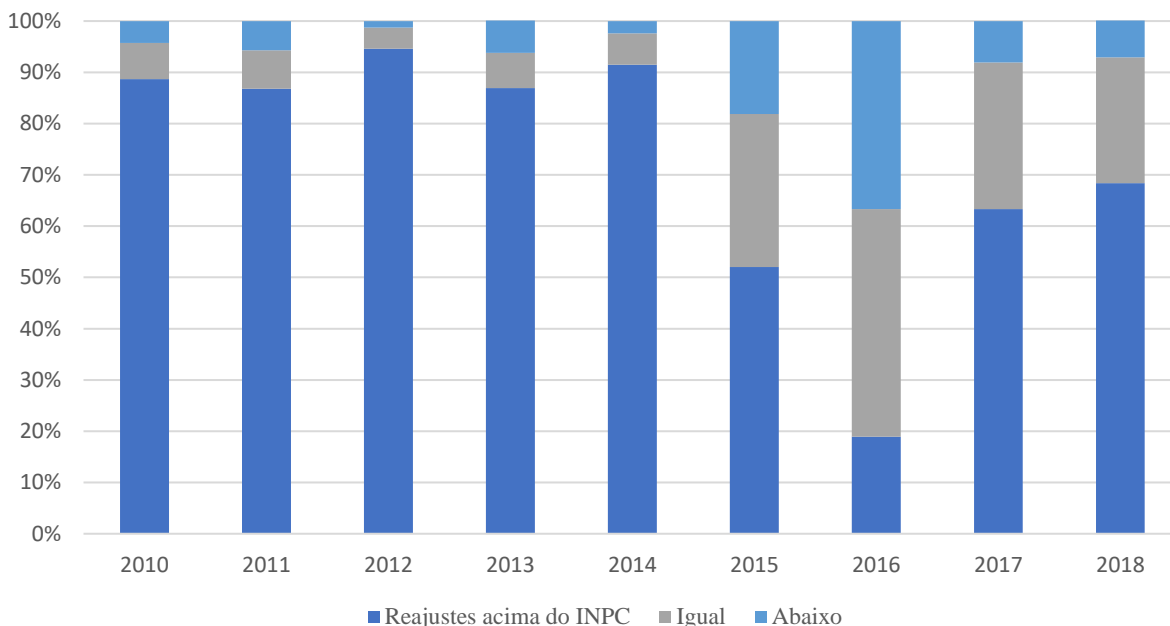
A taxa de desemprego (desocupação) que chegara a 6,8% em 2014 saltaria para 8,3% em 2015 e 11,3% no ano seguinte (gráfico 5). Com isso a parcela da classe trabalhadora que

⁵ A presidente foi inclusive acusada por parte da mídia de estelionato eleitoral por adotar tal agenda, também defendida por seu adversário, apesar de ter negado que iria fazê-lo durante a campanha eleitoral de 2014. Vale lembrar que os esforços do governo para fazer um breve ajuste e retomar o crescimento posteriormente (como fora tentado, sem sucesso, em 2011) foram minados pela forte oposição no congresso nacional que passou a aprovar as chamadas “pautas bomba”. Um bom exemplo é a derrubada do veto da presidente que freava gastos como os reajustes dos servidores da justiça federal.

⁶ A austeridade também abriria espaços para futuros cortes de impostos para empresas e classes sociais mais abastadas, além de reduzir a quantidade e a qualidade dos serviços públicos, permitindo sua privatização (ROSSI et. al, 2018)

logrou obter ganhos reais de salários que, entre 2010 e 2014, flutuava em torno de 90%, subitamente despencou para 52% em 2015 e para 19% em 2016.

Gráfico 4: Percentual da classe trabalhadora que recebeu reajustes salariais em relação ao INPC



Fonte: Balanço de reajustes do DIEESE

Com a virtual estagnação das exportações (que tiveram um crescimento de 0,8%) e do consumo do governo (0,2%), e a queda do consumo das famílias (-3,8%) e dos investimentos (-12,1%), a economia continuou ladeira abaixo em 2016, fechando o ano com uma queda do PIB de 3,2% em termos reais. A este ambiente recessivo somou-se a disparada da inflação e a intensificação da campanha midiática contra o governo, no rastro das denúncias de corrupção da operação Lava Jato. Foram realizadas massivas manifestações de rua, entre março de 2015 e o mesmo mês do ano seguinte, acusando a presidente e seu grupo político de corrupção e pedindo sua retirada do poder⁷. Assim, apesar da presidente Dilma ter realizado uma política econômica extremamente contracionista, ao sabor do que recomendavam os analistas do mercado, ela seria destituída do poder através de um golpe parlamentar em meados de 2016.

Com a posse do então vice de Dilma, Michel Temer, a agenda econômica de austeridade seria mantida e aprofundada, como já anunciara o documento “Uma ponte para o futuro”, publicado ao final de 2015 pelo partido de Temer. Com a severa recessão e a elevação da dívida

⁷ O uso de acusações de corrupção por grupos de direita (a fim de travar/destituir grupos políticos mais à esquerda e assim reverter cenários mais favoráveis à classe trabalhadora) tem sido recorrente ao longo da história brasileira. Segundo Serrano e Melín (2018, p.8), “[p]elo menos desde os tempos do Presidente Vargas, no começo da década de 1950, sempre que uma situação tida como excessivamente favorável aos trabalhadores necessita ser contida de modo mais imediato, a crítica à corrupção pública tem sido a tática política preferencial das forças conservadoras no Brasil.”

pública líquida de 32,59% para 46,16% do PIB entre 2014 e 2016, e baseando-se no argumento da “contração fiscal expansionista”⁸, o governo conseguiu aprovar a famigerada Emenda Constitucional 95. Esta estabeleceu formalmente um teto para os gastos públicos, congelando-os em termos reais por vinte anos.

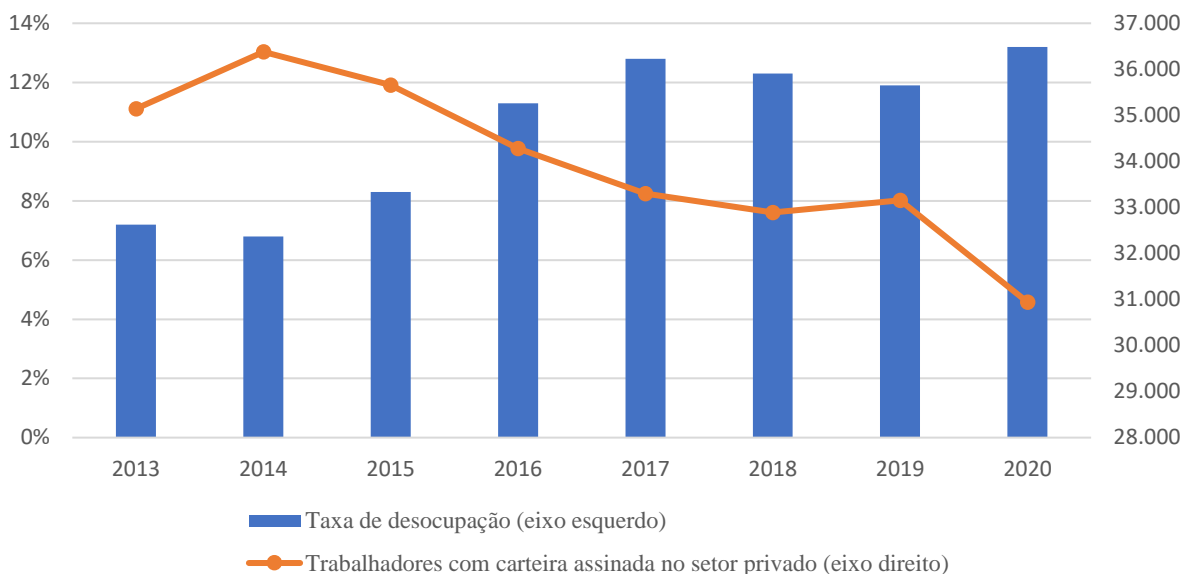
Apesar do viés de austeridade adotado pelo novo governo, alguns fatores contribuíram para reverter em 2017 a taxa de crescimento negativa do produto observada no ano anterior. Em primeiro lugar a regra de reajuste do salário mínimo implicou em um aumento nominal de quase 6,5% em 2017 o que, em conjunto com a queda da inflação (de 6,5% em 2016 para 2% em 2017), gerou um significativo ganho real de salário. E como diversos benefícios sociais (como as aposentadorias e os benefícios de prestação continuada) são atrelados ao salário mínimo, tal elevação implicou em aumento das transferências sociais. Some-se a isso a possibilidade de saque dos fundos do FGTS (da ordem de 44 bilhões de reais), e o consumo privado induzido bateu em uma espécie de piso (BASTOS E AIDAR, 2018).

Além deste piso para o consumo induzido, a forte redução dos juros - a taxa SELIC cai de 14% no início de 2017 para 7% no fim do ano – impulsionou o consumo de bens duráveis, de modo que o consumo das famílias cresceu quase 2%. Além desta recuperação do consumo privado, as exportações cresceram quase 5% em 2017 embaladas pelo câmbio desvalorizado e pela recuperação dos preços das *commodities*, de modo que mesmo com a queda do consumo do governo (- 0,6%) e dos investimentos (- 2,5%), a economia cresceu 1,3% em termos reais.

E ainda em 2017 o governo aprovou a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, flexibilizando o mercado de trabalho e reduzindo os direitos trabalhistas, o que enfraqueceu ainda mais (estruturalmente) o poder de barganha da classe trabalhadora e aumentou o grau de informalidade. Dessa forma, mesmo com a queda na taxa de desocupação ao longo do ano, caiu o número absoluto de trabalhadores com carteira assinada no setor privado (gráfico 5).

⁸ Segundo esta ideia, formulada por autores como Alesina et al. (2002; 2018), a austeridade fiscal melhoraria a confiança dos agentes e elevaria o crescimento econômico. Diversos estudos e documentos evidenciam que a austeridade não só tende a ser contracionista (FMI, 2010; FATÁS E SUMMERS, 2018), como pode ser contraproducente em termos de consolidação fiscal (JAYADEV E KONCZAL, 2010; LOPES E AMARAL, 2017) e tende a ter impactos distributivos perversos (BASTAGLI et al., 2012; BALL et al., 2013).

Gráfico 5: Taxa de desocupação e número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado



Fonte: PNAD Contínua/IBGE

Em 2018, com a continuidade do processo de recuperação do consumo privado (que cresceu 2,3% em termos reais), com o crescimento do consumo do governo (0,7%) e das exportações (4%), o investimento também se recuperou, crescendo 5,2%. Assim o PIB real teve seu segundo ano de crescimento, 1,7%, mantendo-se neste ano, porém, ainda abaixo do produto observado em 2012.

Neste contexto de depressão⁹ o país teria uma nova eleição presidencial. Em abril de 2018 as pesquisas apontavam o ex-presidente Lula como o candidato favorito, com mais que o dobro de votos do segundo colocado, Jair Bolsonaro. Enquanto o primeiro defendia uma política econômica de crescimento com inclusão social, o segundo se comprometia a manter e a aprofundar a agenda de austeridade e de redução do papel do Estado então em curso. Algo precisava ser feito para tirar o ex-presidente da disputa.

4 – O segundo golpe da direita e o governo Bolsonaro

Com a confirmação do favoritismo do nome de Lula para as eleições de 2018, os mesmos interesses que se articularam para derrubar a presidente eleita Dilma Rousseff novamente se uniram para tirá-lo da disputa. Como mais tarde seria provado, tal movimento foi

⁹ Segundo o Sicsú (2019) o Brasil teria entrado em uma depressão a partir de 2015 dada a queda acentuada dos níveis de produto e emprego, e seu lento processo de recuperação. Para o autor, "(...) o que caracterizaria a superação completa do estado de depressão seria a recuperação do PIB original pré-crise e, também, a taxa de desemprego pré-crise." (SICSÚ, 2019, p. 9). Ou seja, para que o Brasil superasse a depressão de 2015-2020 seria necessário crescer 6,8% a partir de 2021 e reduzir a taxa de desocupação em 6,4 pontos percentuais de modo a atingir os níveis observados em 2014.

feito por um conluio que envolvia diferentes setores da sociedade, notadamente as classes proprietárias (satisfeitas com o programa econômico em curso), parte do judiciário (especialmente os procuradores da Lava Jato em sua cruzada messiânica contra a corrupção), a mídia (porta voz do conluio) e os militares (que detém o poder das armas). Como depois confessaria o então comandante do exército, todo o Alto Comando desta instituição discutiu em conjunto a comunicação, feita pelo twitter, destinada a pressionar o Supremo Tribunal Federal para negar o *habeas corpus* preventivo de Lula, abrindo caminho para sua prisão e impedindo-o de concorrer às eleições¹⁰. Com ele fora do páreo o segundo colocado, Jair Bolsonaro, foi eleito. O segundo golpe estava dado¹¹.

A eleição de Bolsonaro representa não só a manutenção da política econômica gestada em 2015 (com o forte ajuste fiscal) e desenvolvida a partir de 2016 (com o início das reformas liberalizantes), mas a sua radicalização. Em pauta estava a continuidade da austeridade fiscal e o avanço de tais reformas (em 2019 seria aprovada a reforma da previdência) e das privatizações, aliadas a pontuais estímulos de demanda, como na liberação de saques no FGTS em 2019 e, por conta da pandemia, o recurso ao auxílio emergencial no ano seguinte.

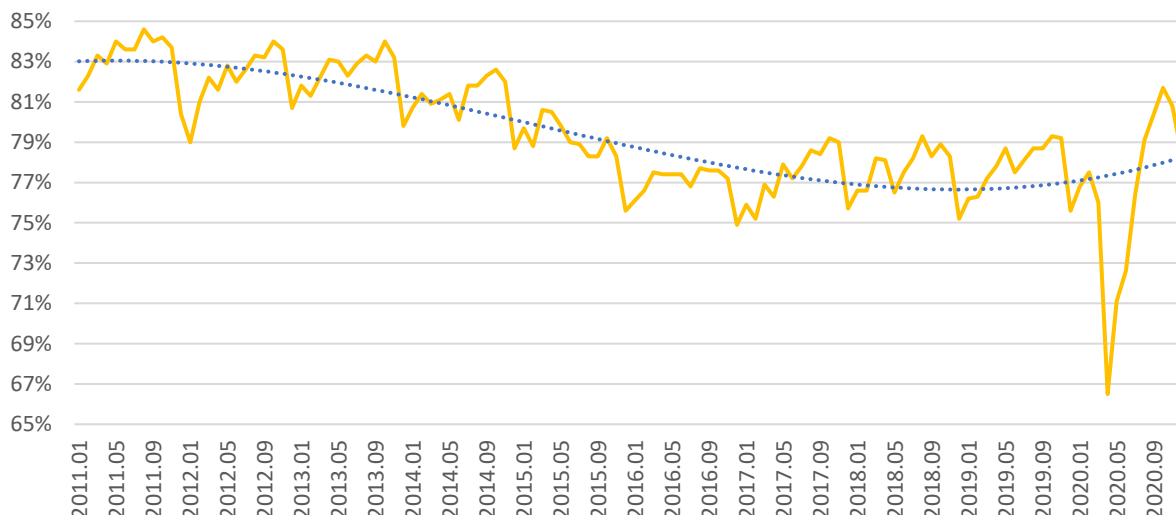
Em 2019 a economia cresceu apenas 1,4% em termos reais. Pesou para isso principalmente a elevação do consumo privado (responsável por cerca de metade da demanda agregada) de quase 2,2%, ajudado pela liberação de saques do FGTS. Com uma leve tendência de elevação do grau de utilização da indústria (gráfico 6) o investimento continuou crescendo, a 3,3%, taxa menor do que a observada no ano anterior. As exportações caíram 2,3% e o consumo do governo diminuiu em 0,4%.

Caso fosse mantida a média de crescimento do triênio 2017-2019 (de aproximadamente 1,5% ao ano em termos reais), o PIB só voltaria ao patamar de 2014 ao final de 2021. Porém, ainda no fim do primeiro trimestre de 2020 a economia foi atingida duramente pela crise gerada pela pandemia que derrubou, simultaneamente, a produção (dado o *lockdown*) e a demanda (dada a queda na renda gerada pela interrupção da produção e a impossibilidade de se demandar determinados produtos e serviços).

¹⁰ O depoimento consta no livro “General Villas Bôas: conversa com o comandante”, de Celso de Castro.

¹¹ A anulação tardia (em 08/03/2021) de todos os processos contra o ex-presidente Lula pelo ministro da Suprema Corte Edson Fachin apenas reforça o caráter de jogada política da prisão do então candidato. O argumento para tal anulação baseou-se no fato de a 13ª Vara Federal de Curitiba não ter competência para julgar o caso, tese pautada pela defesa do ex-presidente desde 2016. Isto sem entrar no mérito do caso ou na suspeição de conluio entre o judiciário e o ministério público (comprovada a partir do vazamento de conversas entre os procuradores da Lava Jato e o juiz do caso).

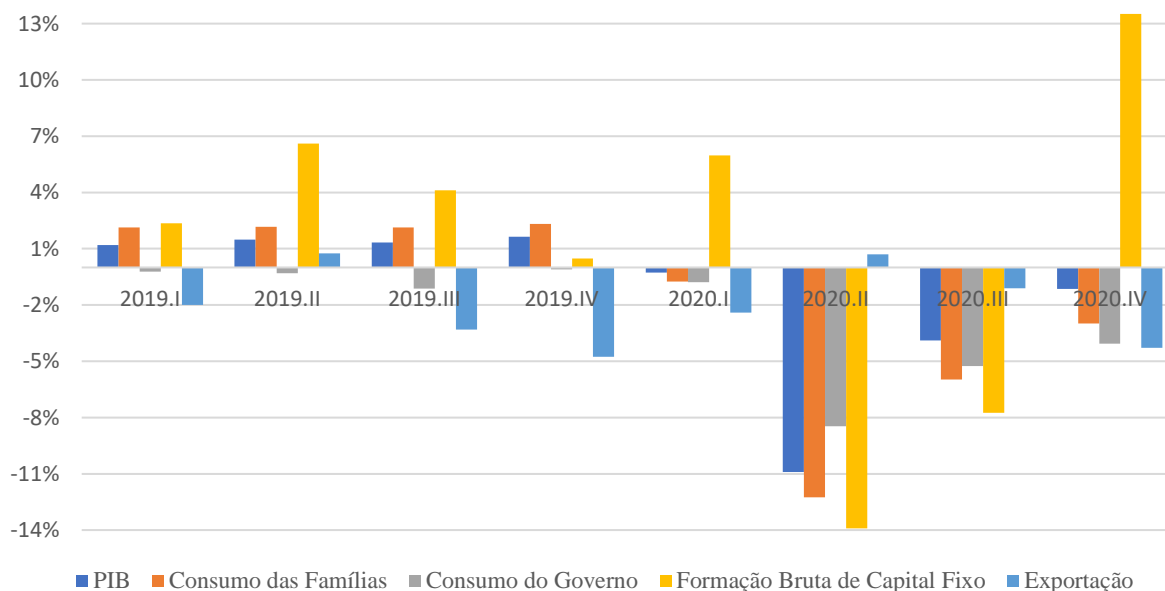
Gráfico 6: Grau de utilização da capacidade instalada na indústria e linha de tendência polinomial



Fonte: Ipeadata

No primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o consumo das famílias caiu 7,4% em termos reais, e o do governo 7,8%. As exportações já vinham caindo e se reduziram em 2,4%. O único componente positivo da demanda foi o investimento, que, com seu período maior de ajuste, continuou a crescer 5,9%. Assim, também na comparação com o primeiro trimestre de 2019 o PIB caiu 2,7% em termos reais entre janeiro e março (gráfico 7).

Gráfico 7: Taxa de crescimento real dos componentes da demanda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior



Fonte: IBGE

Com exceção das exportações que, depois de três trimestres consecutivos de queda, cresceriam 0,7% em termos reais nos três meses seguintes (em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior), todos os componentes da demanda despencaram no segundo

trimestre. Dada a queda forte do grau de utilização da capacidade industrial, o investimento, que vinha crescendo desde o final de 2017, colapsou, caindo quase 14%. Os consumos do governo e o das famílias também caíram de forma vigorosa, respectivamente 8,4% e 12,2%. Com isso o PIB trimestral caiu 10,8 (gráfico 7).

A queda livre da economia seria estancada no terceiro trimestre, graças à liberação do auxílio emergencial de R\$ 600 (que o governo queria que fosse de R\$ 200) e da disparada do seguro desemprego, implicando em um gasto com as redes de seguridade social na casa dos 309 bilhões de reais¹², direcionados justamente à parcela da população de menor renda e maior propensão a consumir. Deste modo, ainda que todos os componentes da demanda tenham continuado a cair em relação ao mesmo período de 2019, ao menos começaram a se recuperar em relação ao trimestre imediatamente anterior. No quarto trimestre este movimento de diminuição da queda continuaria para os consumos privado e do governo, enquanto as exportações cairiam ainda mais. O ponto fora da curva foi o investimento que cresceu 13,5% em termos reais em relação ao último trimestre de 2019. Isto se explica basicamente pelos investimentos do setor de petróleo e gás, em larga medida supridos por importações de bens de capital no âmbito do Repetro (regime aduaneiro especial, vigente até o fim de 2020, desenhado para a facilitar as importações de bens destinados à exploração de petróleo). Assim o PIB de 2020 fechou o ano 4,1% abaixo, em termos reais, daquele observado no ano anterior.

Assim, depois de uma década inteira de estagnação, a crise decorrente da pandemia coroaria, no pior sentido, a década mais que perdida. Entre 2011 e 2020 o produto per capita caiu 3,6%, e o PIB anual se reduziu em 1,2% em termos reais, tirando o país da lista das dez maiores economias do mundo. E a este cenário soma-se, a partir de 2016, um rápido processo de concentração de renda, tanto pessoal quanto funcional¹³. Em termos de distribuição funcional a parcela dos salários na renda caiu mais de um ponto percentual desde este ano, enquanto que no que diz respeito à distribuição pessoal - segundo a World Inequality Database - a fatia dos 10% e dos 1% mais ricos subiu, respectivamente, de 54,5% para 57,3% e de 23,5% para 27,6% da renda entre 2016 e 2019, enquanto a dos 50% mais pobres caiu de 10,9% para 10,2% no mesmo período.

¹² Destes, segundo o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia, quase 90% foram direcionados às transferências, enquanto praticamente 10% foram alocados no pagamento do seguro desemprego (o restante, 200 milhões, se destinaram a programas de segurança alimentar).

¹³ Os dados do PIB e sua distribuição funcional têm como fonte o IBGE, enquanto os do produto per capita (a preços correntes, segundo a paridade do poder de compra) são do FMI.

Este cenário de empobrecimento absoluto e concentração de renda se refletiu nos indicadores sociais. Mais de 170 mil habitantes do país foram jogados na pobreza extrema em 2019, que chegou a atingir 6,5% da população (IBGE, 2020a). A insegurança alimentar grave, por sua vez, afligiu 4,9% da mesma em 2017-2018, virtualmente colocando o Brasil de novo no mapa da fome (IBGE, 2020b). E entre 2018 e 2020 o país, apesar de ter melhorado seu IDH, caiu cinco posições no ranking global, de 79º para 84º. Este cenário caótico piorou ainda mais no início da pandemia, mas felizmente o congresso nacional aprovou um auxílio emergencial que foi o triplo daquele proposto pelo governo, mitigando os efeitos da crise sem, contudo, chegar nem perto de resolver os problemas gerados ao longo da década.

5 - Conclusão

Se, até o início do século XXI, a década de 1980 era conhecida como a década perdida da América Latina em função do cenário de baixo crescimento, a partir dos anos 2010 talvez se faça necessário mudar esta alcunha. Enquanto nos anos 1980 o Brasil cresceu em média 1,6% ao ano em termos reais, na década de 2010 esta mesma taxa caiu para 0,3%. Trata-se de uma década mais que perdida.

A década inicia com uma escolha deliberada de se dar continuidade ao processo de desaceleração do crescimento observado ao longo de 2010. Na tentativa de se estimular a economia a partir de 2012 cometeu-se o erro de se dar incentivos fiscais (isenções e desonerações), monetários (juros baixos), e cambiais (desvalorização) em um contexto de desaceleração da demanda efetiva. Isso não incentivou os investimentos e a economia continuou a crescer a taxas decrescentes. Com o desgaste político do governo e a deterioração das contas públicas, foi-se perdendo autonomia relativa, de modo que o governo foi compelido a adotar uma agenda de austeridade que jogaria o país na recessão.

Contradizendo suas promessas de campanha, a presidente Dilma aprofundou a agenda de austeridade em 2015, afundando ainda mais o país para dentro da espiral contracionista que culminaria no seu processo de impeachment. Assim o vice presidente Temer assume, dando continuidade ao contracionismo fiscal, além de iniciar um processo de reformas liberalizantes e de redução do papel do Estado, como a trabalhista e a emenda dos tetos de gastos. Na saída da recessão a economia se estagnaria, crescendo em média 1,5% ao ano em termos reais entre 2017 e 2019.

Na iminência da eleição do ex-presidente Lula, articulou-se todo um conjunto de interesses para mandá-lo para prisão, tirando-o da corrida presidencial. Neste cenário o presidente Bolsonaro ganha a disputa e assume, prometendo aprofundar ainda mais a pauta de austeridade e liberalização. Em 2019 a economia cresce apenas 1,4% em termos reais (apesar do teórico ganho de confiança gerado pela aprovação da reforma da previdência), e no ano seguinte é acometida pela crise decorrente da pandemia, caindo 4,1% (também em termos reais). Isto apesar do auxílio emergencial aprovado com um valor que era o triplo do proposto pelo governo.

As consequências sociais desta pauta de austeridade - esboçada no primeiro mandato de Dilma, introduzida com força no segundo e radicalizada por seus sucessores - e de profundas reformas visando a redução do tamanho do Estado é de conhecimento comum. O país desacelerou sua economia e entrou em uma depressão da qual não conseguiu sair, mantendo um média de crescimento medíocre ao longo da década, inclusive com deterioração das contas públicas. Com isso houve escalada do desemprego e enfraquecimento da classe trabalhadora a partir de 2015, com concentração de renda e deterioração de diversos indicadores sociais. Além das centenas de milhares de mortos por conta da pandemia, o país jogou outras centenas de milhares na miséria, voltou ao mapa da fome e perdeu posições no ranking mundial de desenvolvimento humano. E estas foram apenas algumas das consequências perversas de um modelo que exige sacrifícios do povo em troca de baixo crescimento, concentração de renda e deterioração da qualidade de vida.

Referências bibliográficas

ALESINA, A.; S. ARDAGNA, R. PEROTTI; F. SCHIANTARELLI. Fiscal policy, profits, and investment. *American Economic Review* 92(3), 571–589, 2002.

ALESINA, A; FAVERO, C.; GIAVAZZI, F. What do we know about the effects of austerity? NBER Working Paper n. 24246, 2018.

BALL, L. M.; et al. The distributional effects of fiscal consolidation. *International Monetary Fund*, 2013.

BARROS, L. A. Conflito distributivo e inflexão na política econômica brasileira: análise do período 2005-2015. *Revista de Economia Política e História Econômica*, número 44, 2020.

BARROS, L. A. Os Determinantes da Desaceleração Brasileira (2010-2015): uma Análise de Economia Política. *Revista Economia Ensaios*, v. 36, n. 1, 2021.

BASTAGLI, F.; COADY, D.; GUPTA, S. Income Inequality and Fiscal Policy. IMF Staff Discussion Note 12/08 (Washington: International Monetary Fund), 2012.

BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. O Brasil bateu no piso? *Brazilian Keynesian Review*, 3(2), 130-149, 2018.

BASTOS, C. P.; AIDAR, G. F. Brazil's Economy: Recent Trends and Perspectives. *Texto Para Discussão IE/UFRJ*, n. 15, 2019.

DWECK, E; TEIXEIRA, R. A. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *IE-Uncamp*, texto para discussão 303, 2017.

DWECK, E; ROSSI, P.; MELLO, G. Sobre o diagnóstico falacioso da situação fiscal brasileira. *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. Org. Esther Dweck e cols. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

FATÁS, A.; SUMMERS, L.H. The permanent effects of fiscal consolidations. *Journal of International Economics*, Elsevier, vol. 112(C), pages 238-250, 2018.

FMI. *World Economic Outlook: Recovery, Risk, and Rebalancing*. Washington D.C.: IMF, 2010.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020(a).

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2020(b).

JAYADEV, A.; KONCZAL, M. The Boom Not The Slump: The Right Time For Austerity. In: *Economics Faculty Publication Series*. Paper 26. 2010.

KALECKI, M. Aspectos políticos do pleno emprego. 1943.

LOPES, J. C.; AMARAL, J. F. Self-defeating austerity? Assessing the impact of a fiscal consolidation on unemployment. *The Economic and Labour Relations Review* Volume: 28 issue: 1, page(s): 77-90, 2017.

SERRANO, F.; MELIN, L. E. Political aspects of unemployment: Brazil's neoliberal u-turn. *Crítica Marxista*. Gennaio/Frebbro, 2016.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda nos anos 2000. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2012.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Conflito Distributivo e o Fim da “Breve Era de Ouro” da Economia Brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 175-189, 2018.

SICSU, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 23, n. 1, 2019.

SINGER, A. Cutucando Onças Com Varas Curtas. *Novos Estudos, Cebrap*, n. 102, p. 43-71, jul. 2015.

ROSSI, P; DWECK, E; ARANTES, F. Economia política da austeridade. Org. Pedro Rossi e cols. *Economia para Poucos: impacto social da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.